

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Fevereiro de 2026 - Nº 900

CASSI HOMOLOGA CHAPAS PARA ELEIÇÕES 2026; CONTRAF APOIA AS CHAPAS 2 E 55



A Comissão Eleitoral da Cassi homologou, na segunda-feira (2), as chapas inscritas para as **Eleições Cassi 2026** e realizou o sorteio dos números que serão utilizados na campanha e na votação. A partir da terça-feira (3), as chapas estão autorizadas a iniciar oficialmente a campanha eleitoral.

O período de votação será de **13 a 23 de março**, quando os associados irão eleger a diretoria de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento, além de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A Contraf-CUT manifesta apoio às **chapas 2 e 55**, que representam o compromisso com a defesa dos associados, a transparência na gestão e o fortalecimento da Cassi sustentável e de qualidade.

Candidatos para diretoria de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento e Conselho Deliberativo

Chapa 2 – CASSI PARA OS ASSOCIADOS

Diretoria: Luciana Athaide Brandão Bagno

Conselho Deliberativo

Titular 1: Gilmar José dos Santos

Suplente 1: Diusa Alves de Almeida

Titular 2: Humberto Fernandes de Oliveira

Suplente 2: Loreni Senger Correa

Candidatos para o Conselho Fiscal

Chapa 55 – CASSI PARA OS ASSOCIADOS

Titular: Diego Alves Carvalho

Suplente: Luana Narimatsu da Silva

Defesa da Cassi e dos associados

Para a coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), Fernanda Lopes, o momento é decisivo para o futuro da Cassi e para a garantia de uma caixa de assistência forte "As Eleições Cassi 2026 são fundamentais para fortalecer uma gestão comprometida com os associados, com a sustentabilidade do plano e com a ampliação da rede de atendimento. As chapas 2 e 55 representam esse compromisso com a transparência, a responsabilidade e a defesa da saúde dos associados da Cassi. É essencial que todas e todos participem do processo, conheçam as propostas e escolham representantes que defendam uma Cassi preocupada com o que mais importa: a saúde e a vida de seus associados.

Mais informações sobre o processo eleitoral estão disponíveis no hotsite Eleições 2026, e dúvidas podem ser encaminhadas para o e-mail: comissaoeleitoral2026@cassi.com.br.

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

IMPOSTO DE RENDA

PRIMEIRO HOLERITE SEM IR COMEÇA A CHEGAR E BENEFICIA MAIS DE 100 MIL BANCÁRIOS



Desde o início de janeiro de 2026, passou a valer a nova tabela do Imposto de Renda, que garante isenção total para quem recebe até R\$ 5 mil por mês e descontos progressivos para salários de até **R\$ 7.350**. A mudança, uma das mais importantes da política tributária dos últimos anos, começa a se materializar agora no contracheque dos trabalhadores, com os pagamentos realizados a partir de fevereiro.

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fim de 2025, a medida cumpre um compromisso de campanha e representa um alívio concreto no orçamento de milhões de brasileiros. Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, cerca de 16 milhões de pessoas serão beneficiadas em todo o país, incluindo trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos, aposentados e pensionistas, além da aplicação da regra também sobre o décimo terceiro salário.

Para o presidente do Sindicato, Eli Rogério D'Andrea, o momento tem um significado histórico. "Trata-se de uma conquista que não surgiu por acaso: é fruto direto da mobilização sindical, da pressão social organizada e do compromisso com um projeto de país mais justo, que coloca a renda do trabalho no centro das prioridades", afirmou Eli.

Impacto direto na categoria bancária

No setor bancário, os efeitos da nova regra são expressivos. Levantamento realizado pelo DIEESE

a partir da RAIS 2024 mostra que cerca de 45,9 mil bancários ficarão totalmente isentos do Imposto de Renda, o que representa uma economia anual estimada em R\$ 111,1 milhões. Outros 75,9 mil terão redução do imposto pago, somando uma economia de R\$ 149,6 milhões ao ano.

Ao todo, aproximadamente 122 mil bancários, cerca de 30% da categoria, serão diretamente beneficiados, com impacto total de R\$ 260,7 milhões por ano. Do total de trabalhadores alcançados pela medida, 53% são mulheres, o que reforça o caráter social da nova política.

"Seguiremos mobilizados para avançar ainda mais. A luta não termina aqui. Precisamos seguir pressionando por uma reforma tributária ampla, que enfrente os privilégios históricos, combata a concentração de renda e construa um sistema mais justo e solidário", pontua Eli lembrando que o Brasil ainda enfrenta graves distorções em seu sistema tributário.

Na Feminina Academia
com o nosso parceiro

**SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DE PRESIDENTE PRUDENTE
E REGIÃO**
CUT

**VOCÊ APROVEITA AS NOSSAS
CONDIÇÕES ESPECIAIS**

15% de desconto Para colaboradoras e associadas

Casemiro Dias Nº200
 (18) 18 99774-9021

FEMININA
ACADEMIA

siga o sindicato no instagran - @sindbancariosprudenteregiao

NOVA ESTRUTURA DE CERTIFICAÇÕES DA ANBIMA ENTRA EM VIGOR EM 2026 E EXIGE PREPARAÇÃO DOS BANCÁRIOS



A partir de **9 de fevereiro de 2026**, terá início oficial um novo ciclo de certificações profissionais no setor financeiro, estabelecido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e regulamentado pela Portaria Previc nº 1.214. As mudanças, que criam novos selos e promovem a migração gradual dos certificados atuais, mobilizam a categoria bancária e exigem planejamento das instituições.

A Contraf-CUT está atenta a essa transição, que impactará diretamente o trabalho dos bancários e a relação com os clientes. O novo modelo passa a ser estruturado em três níveis principais:

CPA (Certificado Profissional Anbima): ponto de partida obrigatório para quem pretende avançar aos demais níveis.

C-Pro (Certificado Profissional Anbima de Relacionamento): focado em relacionamento e análise de perfil de clientes.

C-Pro II (Certificado Profissional Anbima de Investimento): para atuação mais aprofundada em investimentos e consultoria.

Processo de migração e prazo de transição

A migração será conduzida conforme diretrizes da Anbima. Profissionais com certificações atuais poderão migrar para as novas opções compatíveis sem a necessidade de realizar novos exames, mediante a conclusão de microcertificações na plataforma Anbima Edu.

O processo de atualização será anual, com a transição principal prevista para 2026. É importante destacar que as certificações antigas permanecerão válidas apenas como fase de transição até **31 de dezembro de 2026**. Após essa data, será obrigatória a adesão ao novo modelo para manter a regularidade no exercício das funções.

Contraf-CUT alerta para a necessidade de pla-

nejamento e apoio

A evolução do modelo exige não apenas preparo individual, mas, sobretudo, suporte das instituições bancárias. A coordenadora da COE do Santander, Wanessa Queiroz, em nome da Contraf-CUT, chama a atenção para a responsabilidade dos bancos nesse processo.

“É imprescindível que o banco forneça os cursos preparatórios e tempos adequados para que os bancário(a)s possam realizar as atualizações das certificações Anbima e atender aos clientes neste momento de transição das novas certificações, em 2026”, afirma a coordenadora. Ela complementa: “Essa transição exige planejamento cuidadoso, apoio institucional e mecanismos que assegurem que a força de trabalho esteja preparada para atuar com qualidade durante o período de transição.”

SANTANDER E ITAÚ CONFIRMA PAGAMENTO DA PLR EM 27 DE FEVEREIRO

O **Banco Santander** confirmou que realizará o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no dia **27 de fevereiro**, juntamente com a folha salarial do mês, a remuneração semestral (PPE) e os valores referentes ao segundo semestre.

Além da segunda parcela da PLR, os empregados do Santander também receberão o Programa Próprio de Resultados Santander (PPRS), incluindo a parcela adicional, cujo valor foi reajustado para o pagamento deste ano para de **R\$ 3880,84**.

O **Itaú** informou que efetuará o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no dia **27 de fevereiro**.

O valor a ser creditado aos bancários do Itaú corresponde à segunda parcela da PLR referente ao exercício de 2025, já com o desconto do montante pago como antecipação em setembro do ano passado.

Além da PLR, os trabalhadores também poderão receber, na mesma data, eventuais diferenças relacionadas ao pagamento do Programa Complementar de Resultados (PCR), cujo crédito inicial foi realizado em setembro de 2025.

MOROSIDADE DA CAIXA ATRASA PAGAMENTO DOS DELTAS E SUPER CAIXA

Em reunião com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal, ocorrida na segunda-feira (2), o banco disse que tanto a premiação do Super Caixa, quanto os deltas da promoção por mérito, devem ser pagos somente após a apuração do Resultado.Caixa, que deve ser concluída somente no final de março.

“O atraso no pagamento dos deltas causa prejuízo às empregado(a)s que, caso seja mantida esta condição, ficarão três meses do ano sem receber os valores referentes à promoção a que têm direito”, observou o coordenador da CEE, Felipe Pacheco. “A única informação que pode ser considerada boa é que algumas injustiças do Super Caixa podem ser corrigidas. Mas não é possível que a apuração e estas correções levem três meses para serem realizadas”, completou.

A empresa se disponibilizou a tratar situações pontuais levadas pelas entidades. A CEE orienta que os empregados que se sentirem prejudicados, seja por problemas de digitalização de contrato, indisponibilidade de sistemas ou algo similar, procurem seus sindicatos para que estes recebam as demandas e encaminhem à Caixa para análise.

A Caixa alegou que trata o pagamento do primeiro e segundo deltas como um único programa e, por isso, o pagamento será efetuado no mesmo momento.

“Não podemos aceitar isso. Queremos que as correções nos erros de apuração do Resultado.Caixa sejam feitas rapidamente e exigimos que a Caixa pague, tanto os deltas quanto a premiação do Super Caixa até o dia 5, como complementação salarial de janeiro”, cobrou o coordenador da CEE.

Plataforma PJ

A CEE também cobrou que a Caixa respeite o que diz o Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados em sua cláusula 49, sobre negociação permanente: alterações que interfiram no cotidiano de trabalho do pessoal da Caixa devem ser debatidas, previamente, com a representação dos trabalhadores.

“Estas mudanças também geram perda de rentabilidade de agências, pois elas perdem clientes, contas PJs e negócios adjacentes que compunham a rentabilidade das agências. Como vai ficar o porte destas agências?”, questionou Felipe Pacheco.

Migração de função

A Caixa informou que o projeto piloto de migração de funções de caixa para assistentes foi um pedido dos superintendentes regionais, mas que não há orçamento

para a mudança de função.

O banco disse que foi feito um levantamento de interesse com os 105 caixas da SR Centro-Sul Gaúcho e apenas 6 mostraram interesse na migração de caixas para assistentes. Mas que o levantamento deve ser feito em outras Srs.

“Temos que discutir a questão do futuro da profissão e da função em específico, mas não podemos fazer sem debate. Pois, mais uma vez, essa questão pode ser fundamental na hora da aprovação do acordo”, completou o coordenador da CEE/Caixa.

Negociação permanente

A CEE solicitou que seja realizada uma reunião de negociação presencial sobre o Saúde Caixa e que as reuniões para negociação permanente sejam realizadas com maior frequência, para que possam ser debatidos menos temas com mais tempo de discussão sobre cada um e as soluções possam ser encontradas na própria reunião. Na reunião de segunda-feira, três temas (consignado, superendividamento e terceirizados) deixaram de ser debatidos devido à falta de tempo, uma vez que os negociadores da Caixa teriam outra reunião na sequência.

O banco se comprometeu a realizar uma nova reunião ainda em fevereiro e que o Saúde Caixa será tratado em reuniões simultâneas aos outros temas, uma vez que o ACT específico também fará parte da mesa de negociações neste ano.

Equidade de gênero e programa de saúde

Ao final da reunião, a Caixa apresentou dados sobre equidade de gênero na Caixa e informou sobre inclusão do convênio com a Total Pass no programa de saúde para os empregados, além do Weelhub, além de uma seção de nutricionista por mês para os empregados da Caixa.

Terceirizados

Sobre terceirizados, antes do fim da reunião, o representante da Federação da Trabalhadoras e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado do Rio de Janeiro (Federa-RJ), Rogério Campanate, pediu para que a Caixa analisasse o caso de uma empresa terceirizada, que vinha falhando em diversas obrigações com o banco e com os funcionários terceirizados, e a Caixa tomou a atitude de rescindir o contrato. “O que não pode ocorrer é que, mais uma vez, a corda arrebente do lado do mais fraco! Já que a empresa está orientando um pedido de demissão indevido. A Caixa precisa orientar os gestores das unidades a esclarecer os terceirizados acerca desse processo”. O banco pediu para que o caso fosse encaminhado para análise.